

Aspectos Regionais da Desigualdade de Renda:
contexto brasileiro e o Paraná

*Regional Features of Income Distribution in
Brazil and the State of Paraná*

Aspectos Regionales de la Desigualdad de Renta:
contexto brasileño y Paraná

Daniel Nojima*

RESUMO

Este artigo trata da questão distributiva brasileira, com especial destaque ao Estado do Paraná. Nessa tarefa, busca apresentar um cenário da distribuição de renda no País e explorar possíveis razões sobre as diferenças observadas desde a década passada. Despontam aí a qualificação formal da mão de obra e as características econômicas de regiões e estados. Sob esse esquema, verifica a questão no Paraná, em cotejo com outros Estados brasileiros, em particular, os da Região Sul. Em seção final, esboça expectativas ao Paraná sobre desigualdade em horizonte de médio e longo prazo a partir de 2020 e o que podem significar para as políticas sociais do Estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Crescimento econômico. Mercado de trabalho. Distribuição de renda. Desigualdade.

ABSTRACT

The present article analyses the brazilian income distribution, with special attention to State of Paraná. To accomplish the task, it presents an overview of income distribution in Brazil and explores possible causes of its territorial differences in the last decade. Amongst these ones are education attainment levels of the labor force and productive features of regions and states. Based on this scheme, the inequality question is verified at Paraná in comparison to the other areas, particularly in South Region. At a final section, it is drawn some expectations for the inequality issue in Paraná in the medium and long term and respective implications for its social policies.

Keywords: Regional development. Economic growth. Labor market. Income distribution. Inequality.

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Diretor do Centro Estadual de Estatística do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: daniel.nojima@ipardes.pr.gov.br

Artigo recebido em abril/2023 e aceito para publicação em junho/2023.

RESUMEN

Este trabajo aborda la cuestión distributiva brasileña, con especial énfasis en el Estado de Paraná. En esta tarea, se busca presentar un escenario de la distribución del ingreso en el país y explorar las posibles razones de las diferencias observadas desde la última década. Se destacan la calificación formal de la fuerza de trabajo y las características económicas de las regiones y estados. Bajo este esquema, se verifica la cuestión en Paraná, en comparación con otros estados brasileños, en particular los de la Región Sur. La parte final esboza las expectativas para Paraná sobre la desigualdad en un horizonte a medio y largo plazo partir de 2020 y lo que pueden significar para las políticas sociales del Estado.

Palabras clave: Desarrollo regional. Crecimiento económico. Mercado de trabajo. Distribución del ingreso. Desigualdad.

INTRODUÇÃO

Uma visão panorâmica da evolução do bem-estar, da desigualdade e dos níveis de pobreza ao longo das últimas três décadas, revela ao País significativos avanços, derivados de progressos no campo econômico e em políticas públicas, incluindo-se aí as de transferências de renda. Diversos indicadores apontam para melhorias, desde o IDH (que resume justamente aspectos fundamentais de condições de vida) até índices de concentração de renda. Apesar disso, a desaceleração dessas melhorias registrada desde a década passada implica atenção a um caminho a ser trilhado nessa área.

A presente nota procura oferecer indicações sobre desigualdade ao Paraná, por meio de uma avaliação regional do Brasil, com especial atenção sobre a Região Sul. Dos vários ângulos de abordagem, a análise aqui proposta se restringe ao exame daqueles vinculados aos rendimentos do trabalho e, a partir deste, da qualificação formal da mão de obra e das características econômicas de regiões e estados, relegando a outras oportunidades uma discussão sobre outros pontos da questão.

As próximas páginas tratam do *status* da questão distributiva no País para, posteriormente, considerar as diferenças regionais, chamando a atenção para os estados do sul. Em seção final, esboça expectativas ao Paraná sobre desigualdade em horizonte de médio e longo prazo e o que podem significar para as políticas sociais do Estado.

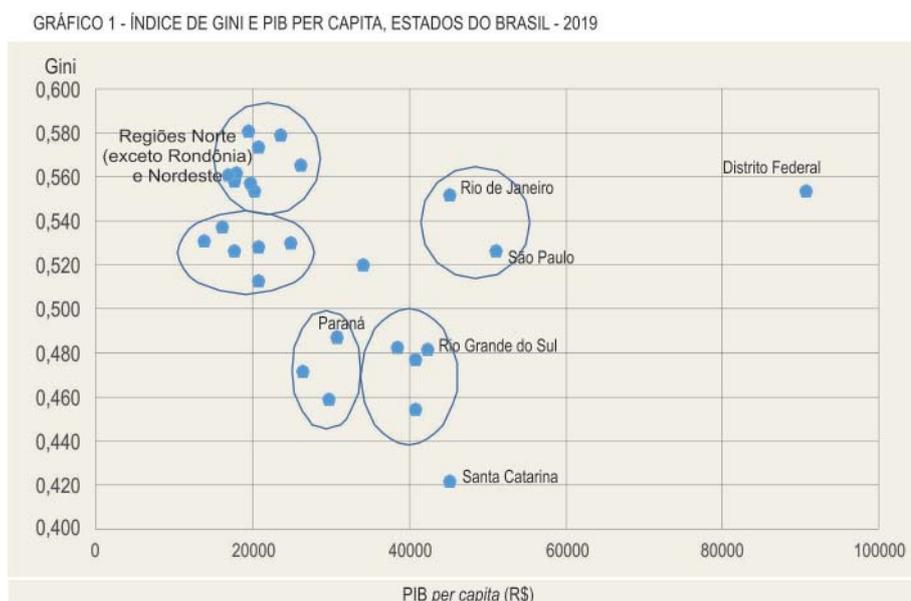
1 ASPECTOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PERÍODO RECENTE

Vindo de décadas de elevada desigualdade, desde meados dos anos noventa o Brasil observa uma trajetória positiva de sua distribuição de renda, quando considerado um dos indicadores mais utilizados na avaliação desse tema, o índice de Gini, com variação entre zero (distribuição plenamente equânime) e um (renda totalmente concentrada em um indivíduo ou unidade familiar), ou a mesma lógica em métrica percentual. Cálculos do Banco Mundial apontam para uma redução do patamar de 59,6 em 1985 para 53,1 em 2019 (ano anterior ao evento da COVID-19) e a 48,8 em 2020, tendo aí um provável papel do auxílio emergencial implementado pelo Governo Federal no enfrentamento da pandemia. Por sua vez, os dados disponíveis pelo IPEA, em horizonte um pouco mais longo, (porém, descontinuada há alguns anos), a partir de um período em que se amadureciam ciclos iniciais de crescimento, industrialização e reconfiguração regional da produção nacional, revelam uma queda do Gini de 0,623 em 1976 para 0,518 em 2014. Por essa mesma fonte, essa melhoria carregou expressiva diminuição nas proporções de pobreza e pobreza extrema, com os respectivos indicadores acusando declínio de patamares superiores próximos a 42% desde o início dos anos noventa, para atingir menos de 15% em meados da década passada.

Ainda assim, os índices de desigualdade permanecem elevados quando comparados à experiência internacional. Para citar alguns, o Banco Mundial calcula para países mais desenvolvidos, como Alemanha e França, Gini em torno de 32%,

Estados Unidos em 41,5% enquanto emergentes como China e Rússia, números próximos a 38%, no ano de 2019. Além disso, os índices brasileiros estagnaram ou voltaram a aumentar nos anos mais recentes, conforme os dados obtidos a partir da PNAD-C apontam para o período 2014 a 2021. Indubitavelmente, esse comportamento associou-se à profunda recessão econômica em meados da década, à lenta recuperação econômica subsequente e por outro corte brutal de desempenho econômico ocasionado pela pandemia do COVID, particularmente no ano de 2020¹.

Em termos regionais, o País permanece apresentando entre suas regiões e estados, em seus atuais estágios de desenvolvimento econômico, padrões diversos de distribuição de renda. O gráfico 1 ilustra essa leitura, com as seguintes situações: um grupo formado por estados das regiões norte e nordeste com concentração de renda mais elevada em paralelo a um padrão econômico mais baixo. Em situação intermediária observa-se um grupo de Estados mais próximos a um meio caminho de desempenho econômico e distribuição de renda. Por sua vez, um grupo mais avançado economicamente mantém igualmente padrões de distribuição mais favoráveis, representado por estados do Sul e do Centro Oeste.



FONTE: IBGE

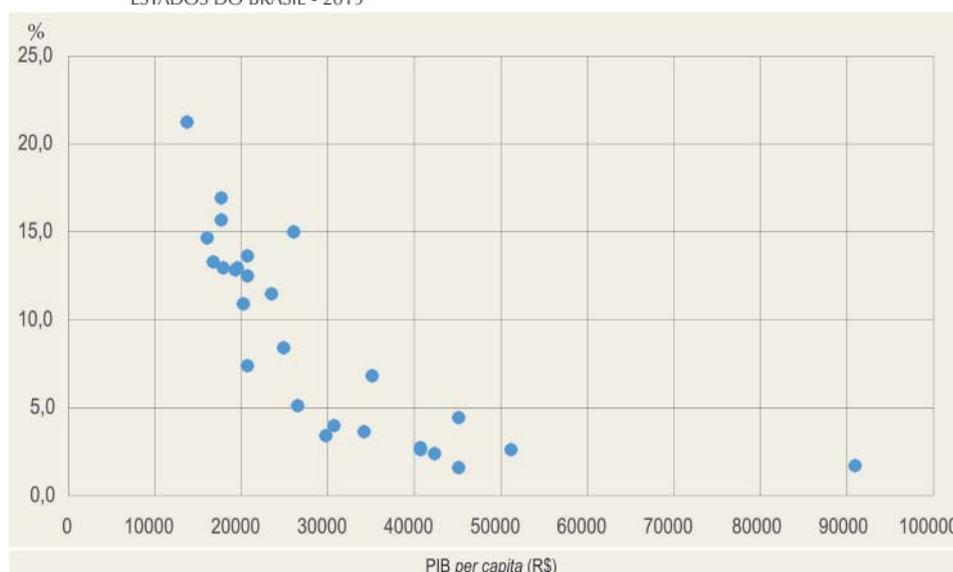
NOTA: Elaboração do autor.

¹ BARBOSA, R. J. *et al.* (2020) calculam para o intervalo 2015-2018 em 30% a influência das condições do mercado de trabalho na elevação do índice de Gini anotada no período.

A par de todos estes *clusters*, verificam-se situações isoladas, como a do Distrito Federal, com elevada concentração e alto padrão de PIB *per capita*, enquanto Santa Catarina combina alto desempenho econômico com o menor indicador de concentração, sendo, por isso, um caso a ser considerado e observado adiante. Finalmente, as unidades mais ricas, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam elevada concentração, com questões de pobreza relevantes a serem enfrentadas. Registre-se apenas que a atividade petrolífera pode ter importante impacto sobre o PIB *per capita* do Rio de Janeiro, sem necessariamente redundar em correspondente amplitude de emprego e rendimentos do trabalho.

Esse mesmo caráter estrutural se prolonga na questão mais específica da pobreza. Entretanto, sua consideração com a renda per capita aponta maior regularidade conforme os níveis de desenvolvimento, em qualquer métrica disponibilizada pelo IBGE. Pelo critério do gráfico 2, destacam-se novamente os Estados das regiões norte e nordeste com maiores volumes relativos de pobreza enquanto os da região sul denotam índices significativamente inferiores.

GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DE PESSOAS COM RENDIMENTOS DE ATÉ US\$ 1,9 PPC POR DIA E RENDA *PER CAPITA* - ESTADOS DO BRASIL - 2019



FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

Em outra forma de analisar a desigualdade de renda, o índice de Palma na tabela 1 permite avaliar a distância entre estratos de renda superior (dos 10% mais ricos) e inferior (dos 40% mais pobres) e a própria participação desses estratos na massa global de renda gerada. As maiores distâncias registradas pelo indicador novamente se observam para as Regiões Nordeste e Norte e as menores para a Região Sul, com a Sudeste em posição intermediária. Oportunamente, a abertura do indicador segundo os estratos mencionados evidencia mais uma vez o perfil de renda mais favorável de Santa Catarina, tendo em vista a participação mais expressiva dos estratos sociais com até 40% da renda, entre todos os estados.

TABELA 1 - INDICADORES E ESTATÍSTICAS DE DESIGUALDADE DE RENDA, BRASIL E ÁREAS SELECIONADAS - BRASIL - 2012-2021

INDICADOR UNIDADE POLÍTICA	ANOS									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Gini⁽¹⁾										
Brasil	0,5546	0,5481	0,5417	0,5403	0,5541	0,5553	0,5618	0,5600	0,5734	0,5683
Norte	0,5701	0,5685	0,5476	0,5546	0,5569	0,5625	0,5831	0,5699	0,5740	0,5678
Nordeste	0,5820	0,5776	0,5708	0,5702	0,5839	0,5950	0,5846	0,5978	0,6245	0,6097
Centro-Oeste	0,5432	0,5255	0,5202	0,5216	0,5257	0,5329	0,5249	0,5175	0,5331	0,5315
Sudeste	0,5231	0,5191	0,5156	0,5163	0,5311	0,5283	0,5419	0,5368	0,5505	0,5479
Sul	0,4845	0,4717	0,4642	0,4580	0,4705	0,4735	0,4802	0,4742	0,4810	0,4721
Paraná	0,4911	0,4810	0,4703	0,4615	0,4850	0,4892	0,4995	0,4863	0,4895	0,4878
Santa Catarina	0,4401	0,4322	0,4119	0,4194	0,4257	0,4180	0,4224	0,4257	0,4237	0,4315
Rio Grande do Sul	0,5024	0,4843	0,4867	0,4745	0,4809	0,4888	0,4943	0,4895	0,5043	0,4786
Palma⁽²⁾										
Brasil	4,1	3,9	3,8	3,7	4,0	4,1	4,3	4,2	3,7	4,3
Norte	4,1	4,0	3,6	3,7	3,7	3,8	4,4	4,1	3,2	3,9
Nordeste	4,2	4,0	3,9	3,9	4,2	4,6	4,4	4,7	3,8	4,6
Sudeste	3,5	3,4	3,3	3,3	3,6	3,6	3,9	3,8	3,5	3,9
Centro-Oeste	3,8	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,4	3,3	3,1	3,5
Sul	2,8	2,6	2,5	2,4	2,6	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6
Paraná	2,9	2,8	2,6	2,5	2,8	2,9	3,0	2,8	2,6	2,8
Santa Catarina	2,2	2,2	1,9	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1	2,0	2,1
Rio Grande do Sul	3,1	2,8	2,9	2,7	2,8	2,9	3,0	2,9	2,8	2,7
Percentual de Pessoas com até 40% dos rendimentos totais⁽²⁾										
Brasil	10,5	10,8	11,1	11,1	10,5	10,4	10,1	10,1	11,2	10,0
Norte	10,5	11,0	11,5	11,1	11,0	10,8	10,0	10,3	12,2	10,6
Nordeste	10,5	10,7	11,1	10,8	10,3	9,7	9,8	9,5	11,2	9,6
Centro-Oeste	11,6	12,2	12,2	12,3	12,0	11,7	11,8	12,1	12,6	11,8
Sudeste	11,9	12,0	12,3	12,3	11,5	11,6	11,2	11,4	11,9	11,0
Sul	13,4	14,0	14,3	14,4	13,9	13,8	13,5	13,9	14,2	13,8
Paraná	13,1	13,5	14,1	14,1	13,3	13,2	12,9	13,2	13,8	13,1
Santa Catarina	15,2	15,7	16,4	16,1	15,7	16,0	16,0	15,8	16,3	15,8
Rio Grande do Sul	12,8	13,4	13,3	13,7	13,3	13,1	12,8	13,5	13,7	13,5
Percentual de Pessoas acima de 90% dos rendimentos totais⁽²⁾										
Brasil	42,8	42,2	41,6	41,3	42,4	42,5	43,1	42,8	41,6	42,7
Norte	43,3	43,7	40,8	41,2	40,8	41,6	43,6	41,8	38,5	40,9
Nordeste	43,9	43,1	43,0	42,7	43,5	44,5	42,8	44,4	42,2	44,0
Centro-Oeste	44,0	42,2	40,9	41,1	41,4	42,0	40,6	40,0	39,5	41,0
Sudeste	41,5	41,0	40,9	40,9	41,8	41,7	43,1	42,7	41,9	42,7
Sul	37,9	36,8	36,1	35,0	36,2	36,5	37,2	36,9	35,9	35,6
Paraná	38,2	37,3	36,6	35,1	37,5	38,2	39,1	37,5	35,7	36,6
Santa Catarina	33,9	33,8	31,9	32,2	32,6	31,9	32,6	33,0	32,1	33,2
Rio Grande do Sul	39,8	38,0	38,2	36,5	37,0	37,7	38,4	38,6	38,4	36,2
Pobreza (percentual de pessoas que recebem até ¼ do salário mínimo)										
Brasil	12,2	11,3	10,0	10,7	12,2	12,1	12,2	11,9	10,1	14,6
Norte	21,6	20,3	18,6	20,1	22,8	21,0	21,1	22,2	16,5	24,0
Nordeste	24,5	22,9	20,0	21,1	23,4	23,9	24,1	23,6	18,5	27,3
Centro-Oeste	5,6	4,9	4,8	5,4	6,0	6,0	5,6	5,4	5,4	7,7
Sudeste	6,2	5,6	4,9	5,5	6,5	6,4	6,5	6,1	6,2	8,9
Sul	4,3	3,7	3,2	3,4	4,6	4,2	4,5	3,9	4,5	5,4
Paraná	4,5	4,7	3,4	4,1	5,5	5,1	5,3	4,9	5,6	6,6
Santa Catarina	3,3	2,4	2,1	2,2	3,3	2,8	2,7	2,5	3,2	4,4
Rio Grande do Sul	4,6	3,4	3,7	3,4	4,4	4,1	4,8	3,9	4,2	4,7

FONTE: IBGE

NOTAS Elaboração do IPARDES.

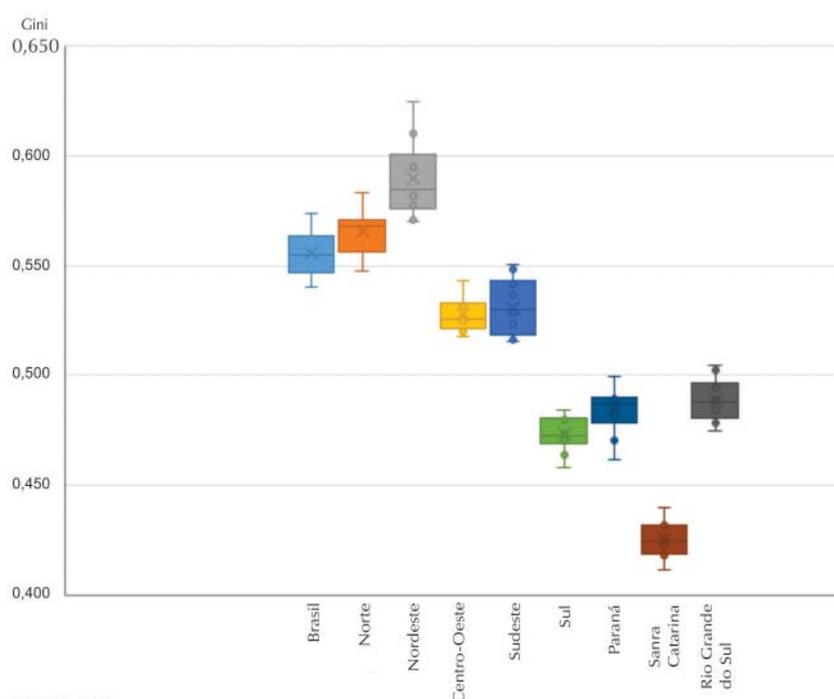
(1) Prevê todas as rendas, exclusive as recebidas por meio de programas sociais.

(2) Prevê todas as rendas, inclusive as recebidas por meio de programas sociais.

2 DIFERENÇAS REGIONAIS

Os padrões mais gerais da desigualdade e da renda *per capita* levantados na seção anterior apresentam uma relação mais intuitiva entre produto econômico e pobreza, em que a primeira se associa inversamente à segunda, na experiência brasileira recente. Contudo, além das irregularidades no tocante à concentração, as diferenças nos demais indicadores denotam particularidades regionais. Mesmo nas unidades da federação mais ricas, nas regiões sudeste e principalmente sul, subsistem diferenças não desprezíveis. A série disponível na tabela 1 para a década passada mostra haver melhorias na distribuição, principalmente associadas até meados do período ao crescimento econômico e aumento mais acelerado do emprego na economia nacional. Por outro lado, revela a força de características estruturais determinando a manutenção dos padrões de distribuição. Essa dinâmica, observável na tabela 1, torna-se mais perceptível no gráfico 3, em que as variações da concentração, apesar de restritas a um período relativamente curto de análise, ocorrem em torno de patamares histórica e regionalmente estabelecidos.

GRÁFICO 3 - ÍNDICES DE GINI POR REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS - BRASIL - 2012-2021



FONTE: IBGE

NOTAS: Elaboração do autor.

Prevê todas as rendas, exceto as recebidas por meio de programas sociais.

A desigualdade de renda associa-se a causas diversas como o próprio desempenho econômico já indicado, e, em medida relevante, ao acúmulo de capital

humano, dado por anos de estudo e abrangência educacional na população. No Brasil, diversos trabalhos vêm tratando da relação entre desigualdade educacional e da desigualdade de renda, destacando-se aqueles que apoiam significativa relação entre desigualdade educacional e a desigualdade de renda. Para o período mais recente, Menezes Filho e de Oliveira (2014) apontam que a primeira determinou na década de 2000 mais de 40% da redução da concentração de renda do País.

Por sua vez, Coady e Dizioli (2017) demonstram para a experiência internacional que maiores níveis de instrução (representados por anos médios de estudo) podem ser acompanhados de maior desigualdade (mensurada por índice de Gini), por meio das diferenças de retornos de capital humano associadas à experiência dos mais velhos – a propósito, trazendo a demografia à discussão. Por sua vez, maior abrangência da educação formal (mensurada por um indicador proposto de desigualdade educacional) apresenta significativa relação estatística com padrões de desigualdade para uma gama ampla de países, sendo tal relação mais importante aos países em desenvolvimento.

Sob outra ótica, as melhorias educacionais refletem-se diretamente no mercado de trabalho, e, nessa linha, Schymura (2022), sobre a experiência brasileira mais recente, destaca pesquisas realizadas no âmbito da FGV, relativas a ganhos observados no mercado de trabalho brasileiro a partir da evolução educacional observada nos últimos 30 anos no País. Explicitando resultados de exercícios *contrafactuais* procedidos pela equipe do IBRE, o autor observa que os avanços em escolarização obtidos nos últimos trinta anos tiveram efeitos importantes, de estruturalmente reduzir as taxas de desemprego e de informalidade, e de aumentar o rendimento médio do trabalho em mais de 50%.^{2 3}

Sobre outras perspectivas da população no mercado de trabalho nacional, a tabela 2, em retrato do ano de 2019, indica as condições menos favoráveis de inserção reservadas àqueles com menor instrução, especialmente os com até nível médio incompleto. Por um lado, isso se revela nas menores taxas de participação e níveis de ocupação, e, por outro, em maiores proporções de subutilização e de formalização do trabalho, além de menores taxas relativas dessa formalização.

Em paralelo ao fator educacional, o desempenho econômico também pode cumprir um papel importante no desenho distributivo das realidades regionais. Desde a curva de Kuznets, a relação entre desigualdade e renda *per capita* tem estado

² Outro trabalho em linha semelhante de avaliação, igualmente apontando diferenças relevantes entre os que completam e não completam o ensino básico, encontra-se em Barros (2021), capítulo 4.

³ Este é um padrão que também se revela na experiência internacional, segundo o anuário *Education at a Glance* do FMI, pelo qual menores taxas de desemprego associam-se a maiores graus de instrução formal conquistados pelos países. Para o Brasil, o anuário aponta que em 2020, 66% dos que tinham o ensino médio completo conseguem algum trabalho, ao passo que aqueles que não o tinham esse número cai para 55%.

longe de ser empiricamente conclusiva, inclusive, em termos das particularidades dessa relação em termos subnacionais, para o que a pesquisa não tem encontrado comprovação empírica robusta para o formato de “U invertido”. Independentemente dos comportamentos observados, para muitas experiências internacionais maiores níveis de renda têm, ao fim e ao cabo, redundado em menor desigualdade.

TABELA 2 - PERFIL E INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO, SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO - 2019

GRAU DE INSTRUÇÃO	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado Formalizado	Força de Trabalho Potencial	População Subutilizada
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução ou fundamental incompleto	24,3	15,7	40,8	30,9
Ensino fund. completo ou médio incompleto	15,1	12,6	24,0	21,9
Ensino médio completo ou superior incompleto	40,4	44,8	30,2	38,1
Ensino superior completo	20,1	26,9	4,9	9,1

GRAU DE INSTRUÇÃO	INDICADORES (%)				
	Taxa de Participação	Nível de Ocupação	Taxa de Formalização	Taxa de Desocupação	Taxa Composta de Subutilização
TOTAL	63,9	56,4	58,6	11,8	24,4
Sem instrução ou fundamental incompleto	45,5	40,5	37,7	11,0	29,8
Ensino fund. completo ou médio incompleto	58,9	49,1	48,8	16,7	32,2
Ensino médio completo ou superior incompleto	76,4	66,4	65,0	13,0	23,0
Ensino superior completo	83,9	78,9	78,3	6,0	12,4

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

Mudanças estruturais são parte do processo de desenvolvimento, sendo exemplar, ao longo do crescimento da renda *per capita* historicamente registrado pelas diversas economias do mundo, a passagem de uma etapa agrícola para outra industrial, culminando naquela em que predominam os serviços. Nesse decorrer, são observados acúmulos de diversos fatores de produção, com destaque à tecnologia e capital humano, cujas dinâmicas impactam sobre a distribuição de renda. Nesses termos, duas escolas distintas de pensamento sobre desenvolvimento apresentam centros de argumentação complementares à presente exposição – a primeira pela ênfase em capital humano; a segunda pelo foco nos desníveis de desempenho produtivo e renda no tecido econômico.

De um lado, trata-se da linha neoclássica de trabalhos de convergência/divergência de renda, com a oportuna elaboração de Rands Barros (2019). Ainda que a essência da discussão desse autor não se refira ao presente ponto – diferenças de padrões de desigualdade – sua discussão é útil ao destacar divergências de renda média baseadas nas desproporções existentes de capital humano, as quais, por sua vez, conforme indicado, por exemplo, nos gráficos 1 e 2, implicam consequências

distributivas. Para o caso brasileiro, o autor enfatiza a tese de diferenças seculares de capital humano (entre outros fatores produtivos) e sua reprodução ao longo do tempo como causa principal das diferenças de renda entre as regiões do País. De outro lado, tem-se a escola estruturalista destacando a heterogeneidade de renda na tradição de Aníbal Pinto (2000), destacando as diferenças inter e intrasetoriais de rendimentos vinculadas aos respectivos desníveis de produtividade, desde os menos até os mais produtivos. Diversos trabalhos para a América Latina e o Brasil verificam essas características, como Baeta, Pereira e Hermida (2018), que a partir da PNAD extraem diferenças setoriais de remuneração e, também, de educação no mercado trabalho.

Esses referenciais de argumentação e de pesquisa embasam, a seguir, a exploração de nuances distributivas e dos padrões de remuneração do trabalho observadas entre as áreas do país, associadas à qualidade da mão de obra e ao perfil produtivo. A lógica trabalhada é a de que aumentos da escolarização e, principalmente, sua difusão, reduzem a desigualdade. Nesse caso, destacam-se, portanto, a verificação da desigualdade educacional, dos anos médios de estudo e atreladas a estes a distribuição etária e o perfil do ensino básico da população. Na outra ótica, assume-se que o avanço da produção e de setores de maior produtividade também reforçam a redução da concentração de renda e da pobreza. Ressalte-se aí, o caráter indicativo da análise, realizada em termos de valores médios, desconsiderando-se a distribuição dos mesmos. Por fim, a mesma focaliza-se, em virtude do maior avanço observado, preferencialmente na Região Sul e em seus Estados, com particular atenção a Santa Catarina, nos pontos em que a diferencia das demais.

De imediato, os dados na tabela 3 indicam a progressiva elevação dos anos de estudo no País e o posicionamento relativo ligeiramente superior dos Estados do Sul comparativamente ao País, tanto na população de 15 anos ou mais como na estritamente adulta, de 25 anos ou mais. Em parte, essas especificidades associam-se tanto ao estágio de perfil etário da população como de níveis educacionais ao longo desse perfil, o que, em alguma medida se reflete nas desigualdades educacionais tratadas adiante. As diferenças de alcance educacional por faixas etárias derivam do processo fragmentado de ampliação do acesso à educação no país, principalmente a partir dos anos 1940, com impactos diferenciados em termos geracionais, a partir de então⁴. Concretamente, tais impactos são atualmente mais expressivos entre as gerações mais jovens, distanciando-as, em anos de estudos, das mais velhas, as quais obtiveram menores níveis de educação formal. Nos estados do Sul, a menor diferença entre gerações se observa para o Rio Grande do Sul, cujas gerações atingiram nível mais elevado, sendo, por outro lado, maior no Paraná e Santa Catarina.

⁴ Levantamentos em Komatsu *et al.* (2019) apontam impulsos nas taxas de matrículas no ensino primário a partir da década de 1940 e no secundário e profissionalizante a partir dos anos 1970. Entretanto, essas taxas foram reduzidas ao longo das décadas e o levantamento da taxa de conclusão parece apontar, destacadamente para o nível secundário, ampliações mais significativas apenas a partir dos anos 2000.

TABELA 3 - ANOS MÉDIOS DE ESTUDO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - 2016-2019

BRASIL E ESTADOS POR GRUPO DE IDADE	ANO			
	2016	2017	2018	2019
Brasil				
15 anos ou mais	9,4	9,5	9,7	9,8
15 a 17 anos	9	9,1	9,1	9,2
18 a 29 anos	11	11,1	11,2	11,4
18 a 24 anos	11,1	11,3	11,4	11,5
25 anos ou mais	9,1	9,3	9,4	9,6
25 a 39 anos	10,9	11,1	11,3	11,4
40 a 59 anos	8,8	9	9,2	9,4
60 anos ou mais	6	6,3	6,4	6,6
Paraná				
15 anos ou mais	9,5	9,6	9,8	10
15 a 17 anos	9,3	9,4	9,4	9,5
18 a 29 anos	11,2	11,3	11,5	11,7
18 a 24 anos	11,4	11,5	11,6	11,8
25 anos ou mais	9,2	9,3	9,5	9,7
25 a 39 anos	11,3	11,5	11,6	11,8
40 a 59 anos	9	9,1	9,3	9,6
60 anos ou mais	5,8	6	6,1	6,5
Santa Catarina				
15 anos ou mais	9,6	10	10,1	10,1
15 a 17 anos	9,3	9,4	9,4	9,4
18 a 29 anos	11,4	11,6	11,7	11,8
18 a 24 anos	11,6	11,8	11,9	12
25 anos ou mais	9,3	9,7	9,8	9,9
25 a 39 anos	11,4	11,8	12	12
40 a 59 anos	8,9	9,3	9,4	9,5
60 anos ou mais	6,2	6,6	6,5	6,6
Rio Grande do Sul				
15 anos ou mais	9,7	9,8	9,8	10,1
15 a 17 anos	9	9	9	8,9
18 a 29 anos	11,1	11,2	11,3	11,4
18 a 24 anos	11,4	11,4	11,5	11,6
25 anos ou mais	9,6	9,6	9,7	10
25 a 39 anos	11,5	11,5	11,6	11,8
40 a 59 anos	9,5	9,6	9,6	9,9
60 anos ou mais	6,8	7	7,1	7,4

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor

Entretanto, e passando ao largo de observações sobre a pirâmide demográfica e população em idade ativa, a verificação direta do perfil etário da força de trabalho, na tabela 4, revela Santa Catarina em melhor posição ao apresentar maior parcela concentrada nas faixas mais jovens e intermediárias (em específico, na de 25 a 39 anos), nas quais os padrões de instrução são mais altos (inclusive, ainda que marginalmente, quando comparados aos dos demais estados do Sul). Em outras palavras, Santa Catarina deve ser favorecida por apresentar um perfil menos envelhecido da sua força de trabalho (com destaque aos de 60 anos ou mais) e em que, conforme visto acima,

as pessoas de mais idade acumularam menos tempo de educação formal. Nesse caso, mesmo no Rio Grande do Sul os maiores avanços educacionais em décadas passadas aparentam não permitir a este superar a vantagem catarinense no mercado de trabalho (e, em decorrência, na desigualdade), cujas faixas etárias mais jovens e mais instruídas ocupam maior parcela relativa, particularmente as entre 18 a 24 anos e a de 25 a 39 anos.

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO, BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - 2012/2017/2022

BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	GRUPO DE IDADE (%) ⁽¹⁾					TOTAL
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	
Brasil						
2012	3,5	17,3	40,4	33,5	5,3	100,0
2017	2,5	16,0	40,2	35,3	6,0	100,0
2022	2,2	14,9	38,9	37,3	6,7	100,0
Paraná						
2012	4,3	17,9	37,1	35,5	5,2	100,0
2017	2,8	16,5	38,5	36,0	6,1	100,0
2022	2,5	15,1	38,8	37,3	6,3	100,0
Santa Catarina						
2012	3,9	17,5	40,7	34,1	3,6	100,0
2017	2,9	17,1	40,9	34,3	4,9	100,0
2022	2,4	15,3	41,2	35,9	5,2	100,0
Rio Grande do Sul						
2012	3,5	16,3	37,2	37,1	5,9	100,0
2017	2,7	14,6	38,2	36,9	7,6	100,0
2022	2,4	12,5	38,7	37,6	8,8	100,0

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

(1) Os percentuais refletem a média ponderada dos valores estimados dos quatro trimestres de cada ano.

Os níveis educacionais médios respondem por parte da questão distributiva da renda, a qual, por outro lado, se associa à distribuição desses níveis em termos gerais ao longo da população, além do que se captura em termos etários. Nesse sentido, o trabalho preliminar abaixo proposto, de mensuração de desigualdade educacional, reproduz procedimento adotado nas pesquisas acima mencionadas, de aplicação de índice de Gini aos dados da PNAD-C.

Inicialmente, o exercício resulta em surpreendente velocidade de declínio da desigualdade durante a década passada, recomendando cautela em sua interpretação. Contudo, um primeiro suporte ao mesmo vem de Bagolin e Porto Junior (2003), que, aplicando proposta semelhante, alcança com os dados da PNAD tradicional valores de Gini para o País no início da década retratada, de 2000 em patamares semelhantes aos da tabela 5 em 2012. Um segundo suporte vem da demonstração de Menezes e de Oliveira (2014), de que na década de noventa os níveis de desigualdade educacional pouco avançaram, sendo, entretanto, muito expressivos na década seguinte (em

específico, aos anos de 2001 a 2009). O presente exercício parece demonstrar a continuidade do processo mais contundente iniciado nesta última década, conforme registrado pelos últimos autores⁵.

TABELA 5 - INDICES DE GINI PARA GRAUS DE INSTRUÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS, BRASIL, REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS - 2012-2019

BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	GINI ⁽¹⁾								% de variação de 2012 a 2019
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Brasil	0,313	0,297	0,278	0,257	0,234	0,218	0,196	0,175	-44,2
Norte	0,632	0,627	0,622	0,618	0,614	0,607	0,601	0,595	-5,9
Nordeste	0,434	0,418	0,399	0,378	0,356	0,331	0,298	0,279	-35,6
Centro-Oeste	0,286	0,274	0,268	0,249	0,225	0,201	0,176	0,157	-45,1
Sudeste	0,238	0,224	0,200	0,178	0,157	0,150	0,134	0,113	-52,6
São Paulo	0,175	0,155	0,138	0,118	0,095	0,093	0,087	0,065	-63,1
Minas Gerais	0,361	0,355	0,318	0,299	0,271	0,266	0,247	0,234	-35,3
Sul	0,302	0,280	0,262	0,238	0,220	0,209	0,185	0,164	-45,1
Paraná	0,288	0,276	0,250	0,227	0,212	0,208	0,183	0,158	-45,7
Santa Catarina	0,283	0,264	0,248	0,224	0,214	0,184	0,158	0,146	-48,3
Rio Grande do Sul	0,326	0,293	0,282	0,258	0,232	0,226	0,205	0,180	-44,8

FONTES: IBGE, PNADC

NOTAS: Elaboração do autor.

Índices calculados a partir de médias ponderadas dos dados trimestrais.

(1) Calculado por anos de estudo de cada grau de instrução e por medianas dos mesmos quando incompletos.

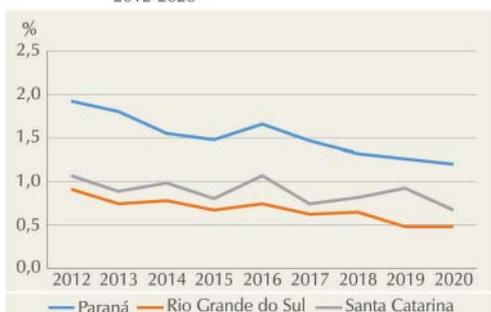
De todo modo, a progressiva e expressiva queda das diferenças educacionais no País é influenciada principalmente pela Região Sudeste (em especial, por São Paulo), contando, também, com declínios relevantes nas demais regiões, porém, pesando em direção contrária, os patamares ainda elevados nas Regiões Norte e Nordeste. Na Região Sul, o Rio Grande do Sul acompanha, em nível, mais de perto o patamar nacional em 2019, com Paraná ligeiramente abaixo e Santa Catarina com a menor desigualdade na sua população⁶.

⁵ Há que se pontuar possíveis diferenças com outros exercícios, devidas, entre outras razões, à especificação da informação disponível. Em Bagolin e Porto Junior (2003) os dados educacionais referem-se a pessoas de 10 anos ou mais, extraídas da PNAD tradicional, levantada uma vez ao ano até 2.015. Por sua vez Komatsu et al. (2019) utilizam para os cálculos nacional e regional os censos, que aparentemente capturam a população desde cinco anos de idade.

⁶ Chama a atenção o patamar mais elevado da desigualdade educacional gaúcha, o qual, entretanto, parece apoiar os dados na tabela 3, de anos médios de estudo, em níveis semelhantes ou inferiores aos outros estados sulinos. Na realidade, a leitura mais detida dessa tabela indica um desempenho educacional inferior para as atuais gerações do ensino básico (das faixas entre 15 e 29 anos) que vem acumulando, na margem, menos anos de estudos médios relativamente a Paraná e Santa Catarina. De fato, em dados não demonstrados no presente trabalho, a participação de pessoas de mais de 15 anos sem fundamental completo em 2019 era de 23% no Rio Grande do Sul, enquanto entre catarinenses chegava a 20%. No início dessa série, em 2.012 a diferença era ainda maior, de 33% contra 27%.

A desigualdade educacional é especialmente importante aos estratos ou percentis dos menos favorecidos no conjunto da renda, aos quais o fato de eventualmente não ultrapassarem ou nem chegarem a completar os anos de ensino fundamental, aumenta as chances de restringirem sua renda a níveis considerados de pobreza e pobreza extrema. Nesse quesito, despontam os Estados do Sul e novamente Santa Catarina em termos de proporção declinante do volume de pessoas na força de trabalho com menor grau de instrução básica, conforme disposto nos gráficos 4 e 5, principalmente aquelas com até o ensino médio incompleto – podendo, em boa medida, explicar nesse Estado, a maior participação dos estratos de até 40% nos rendimentos totais e, destacadamente, da menor proporção de pobres (ver tabela 1).

GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO COM MENOS DE UM ANO DE ESTUDO - REGIÃO SUL - 2012-2020 -



FONTE: IBGE
NOTA: Elaboração do autor.

GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO COM ENSINO MÉDIO INCOMPLETO - REGIÃO SUL - 2012-2020



FONTE: IBGE
NOTA: Elaboração do autor.

A velocidade da queda das desigualdades educacionais acima apontada não se refletiu na trajetória dos índices de concentração de renda expostos na seção anterior e o crescimento econômico no período cumpriu um papel ao não permitir maior aproveitamento da mão de obra em progressiva melhoria de qualidade, com consequentes impactos sobre a distribuição, conforme já acima notado. De outro ângulo, o baixo desempenho do produto certamente limitou mudanças estruturais, que abrem oportunidades de expansão qualitativa no mercado de trabalho.

Essa linha de raciocínio conduz à segunda vertente aqui proposta de análise de desigualdade de renda, em que a estrutura produtiva de uma economia, em combinação com a qualidade da mão de obra, pode cumprir papel relevante nos padrões de concentração. Em outras palavras, maior ocupação em setores de maior produtividade e, conseqüentemente, de maior remuneração, deve redundar em distribuição mais equânime dos rendimentos do trabalho pelo conjunto. Nesse sentido, a tabela 6, no ano de 2021, evidencia, por meio de índices relativos, variações dos rendimentos médios habituais do trabalho segundo grupamentos de atividade. Por sua vez, a tabela 7 demonstra a composição da ocupação nos referidos grupamentos.

TABELA 6 - ÍNDICE RELATIVO DA REMUNERAÇÃO HABITUAL MÉDIA DOS GRUAMENTOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS - BRASIL - 2021

BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÍNDICE RELATIVO (BASE 100) ⁽¹⁾										
	TOTAL	Agricultura e Correlatos ⁽²⁾	Indústria Geral	Construção	Alojamento e Alimentação	Comércio e Reparação de Veículos ⁽²⁾	Transporte, Armazenagem e Correios	Informação, Comunicação e Outros ⁽²⁾	Administração Pública e Correlatos ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Brasil	100	62	101	75	64	81	94	146	154	39	75
Norte	100	62	88	75	78	86	88	137	176	40	74
Nordeste	100	43	95	79	71	90	97	153	173	39	78
Sudeste	100	64	104	74	59	78	92	143	146	38	73
Espirito Santo	100	64	112	86	70	83	108	133	149	39	79
Rio de Janeiro	100	47	115	69	54	65	79	136	147	36	72
São Paulo	100	70	101	70	57	80	88	139	142	37	71
Sul	100	86	91	83	79	86	95	132	146	41	82
Paraná	100	80	91	84	90	89	95	132	149	39	83
Santa Catarina	100	95	87	88	80	89	97	127	144	46	83
Rio Grande do Sul	100	88	93	78	66	81	93	135	145	40	81
Centro-Oeste	100	94	79	74	62	79	86	124	173	38	74
Distrito Federal	100	67	61	56	46	54	64	103	181	29	62

FONTE: IBCE

NOTA: Elaboração do autor.

(1) Índices extraídos da média remunerações médias habituais de quatro trimestres em 2021.

(2) Títulos originais dos grupamentos de atividades pelo IBCE:

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura;

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas;

Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias;

Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde.

(3) Os índices relativos são calculados a partir da média dos valores estimados dos quatro trimestres de cada ano pela PNAD -C.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR GRUPOAMENTO DE ATIVIDADE, SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS - BRASIL - 2021

BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOAMENTOS DE ATIVIDADES (%)										
	Total ⁽²⁾	Agricultura e Correlatos ⁽¹⁾	Indústria Geral	Construção	Alojamento e Alimentação	Comércio e Reparação de Veículos ⁽¹⁾	Transporte, Armazenagem e Correios	Informação, Comunicação e Outros ⁽¹⁾	Administração Pública e Correlatos ⁽¹⁾	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Brasil	100,0	9,7	13,0	7,6	5,1	19,0	5,2	12,2	17,7	5,7	4,9
Norte	100,0	16,9	9,4	8,0	5,3	20,8	4,6	6,5	18,7	5,2	4,4
Nordeste	100,0	14,2	9,2	8,2	5,9	20,8	4,3	8,3	18,4	5,8	4,9
Sudeste	100,0	5,6	14,5	7,4	5,2	17,6	5,8	15,1	17,6	5,9	5,2
Espírito Santo	100,0	13,4	12,1	7,7	5,3	18,4	5,2	11,9	15,9	5,1	4,8
Rio de Janeiro	100,0	1,1	9,9	7,4	6,6	17,2	6,3	16,2	23,3	6,0	5,9
São Paulo	100,0	3,1	16,5	7,0	4,9	17,8	6,2	17,4	16,6	5,6	5,1
Sul	100,0	11,0	17,7	7,1	3,6	18,8	4,9	12,0	16,0	4,8	4,1
Paraná	100,0	11,0	16,6	7,8	3,8	19,5	5,0	12,0	15,0	5,1	4,0
Santa Catarina	100,0	9,2	23,7	6,9	3,1	17,9	5,2	11,7	14,6	3,8	3,8
Rio Grande do Sul	100,0	12,2	14,7	6,4	3,6	18,7	4,7	12,2	17,9	5,2	4,4
Centro-Oeste	100,0	9,5	9,6	8,1	4,9	19,4	5,0	12,7	18,7	6,8	5,2
Distrito Federal	100,0	2,4	3,5	5,7	5,1	15,7	4,2	23,4	27,2	6,5	6,3

FONTE: IBCE

NOTAS: Elaboração do autor.

Os percentuais refletem a média ponderada dos valores estimados dos quatro trimestres de cada ano pela PNAD-C.

(1) Títulos originais dos grupamentos de atividades pelo IBCE:

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura;

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas;

Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias;

Administração pública, defesa, seguridade social, educação e saúde.

(2) A soma de todas as participações nas demais colunas não resulta em 100% por conta da não apresentação da participação do grupamento "atividades mal definidas", que não supera 0,5% para as áreas em destaque.

As diferenças de remuneração média entre setores ao longo do País sinalizam efeitos que a composição das ocupações pode ter sobre a distribuição de renda. São imediatamente notórias na tabela 6 as diferenças entre os rendimentos na administração pública e os demais, principalmente no Nordeste, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em outro exemplo, são marcantes as diferenças de remuneração entre indústria e agricultura (em favor da primeira) do Sudeste para cima, ao passo que no Sul e Centro Oeste essas diferenças são muito menores, às vezes favorecendo a segunda – denotando aí um padrão de eficiência de economia agrícola superior com relação ao restante do País.

Em termos da composição do emprego, chamam a atenção a participação mais elevada da agropecuária nas regiões norte e nordeste, em contraste com a menor participação na região sudeste, com destaque à economia carioca, com setor agrícola irrelevante, e à paulista, que, diversamente, é uma das maiores produtoras de frutas cítricas e cana-de-açúcar, com altos índices de mecanização, atualmente.

A interação dessas características deve influenciar os graus de concentração de renda apontados na seção anterior. Enquanto alguns estados combinam volume razoável de mão de obra aplicada a uma agricultura de menor produtividade (marcadamente os da Região Nordeste), outros nas Regiões Centro Oeste e Sul ocupam volumes proporcionalmente menores, porém, ainda relevantes, a uma agricultura de elevada produtividade e de patamares mais altos de remuneração. A tal ponto que as médias dessa atividade se assemelham à de outras como a industrial, nestas duas Regiões. De outro modo, em Santa Catarina o elevado grau de industrialização resulta em direcionamento expressivo de mão de obra a esse setor, reduzindo a participação relativa de atividades de menor produtividade e remuneração, destacadamente em serviços domésticos e em menor medida em alojamento e alimentação. Em todos os pontos acima abordados, o Paraná e Rio Grande do Sul posicionam-se em degrau levemente inferior, o que no conjunto pode explicar seus desníveis com o estado vizinho.

A observação do perfil de ocupação na tabela 7 pode, ainda, explicar de modo contundente os índices mais elevados de concentração da renda em áreas como o Distrito Federal e Rio de Janeiro. Em ambas, a administração pública e outras com significativa participação do setor público respondem por parcela relevante do emprego de mão de obra, ao mesmo tempo das remunerações, em média, bastante superiores aos das demais atividades, conforme anteriormente colocado⁷. Em outra ponta, essas mesmas áreas apresentam maiores proporções de ocupações em serviços domésticos, de padrão de remuneração significativamente inferior reforçando a ampliação dos índices de concentração e de pobreza.

Por fim, verifica-se no estado de São Paulo – o que se repete no Rio de Janeiro e Distrito Federal – indícios de maior heterogeneidade e desnível das médias de remuneração por atividades, revelando maiores diferenças de produtividade ou de segmentação do mercado de trabalho, diferentemente ao que se observa na Região Sul. Essa característica por si só pode acentuar desigualdades. Quando associada

⁷ Para além do período “na ativa”, Barbosa *et al.* (2020) chamam a atenção para os possíveis efeitos concentradores de renda do sistema de aposentadoria ao servidor público em geral, desde a Lei n.º 13.183, de 2015.

ao perfil do emprego, pode ampliar a concentração considerando, por exemplo, a relevante participação de atividades como construção e alojamento e alimentação, as quais, ao apresentarem remunerações relativas significativamente inferiores à média reduzem a participação dos ocupados nestes grupamentos nos rendimentos globais. Em outra ponta, a proporção mais elevada de atividades de maior produtividade e exigências de capital humano, como em informação e comunicação, igualmente pode contribuir para ampliar a concentração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As seções anteriores, ao avaliarem alguns aspectos da desigualdade de renda no período recente, permitem traçar qualitativamente alguns cenários sobre o tema para os anos à frente, ao País e ao Estado do Paraná, em duas direções principais.

Inicialmente, é possível admitir um cenário de melhoria nos atuais padrões de distribuição de renda (e de pobreza) ao País e suas regiões, ainda que sem uma quantificação na presente análise. Partindo da premissa educacional, a assertiva decorre de provável tendência de continuidade das melhorias observadas até o momento, dos níveis e da difusão da educação básica, como da troca geracional ao longo do perfil etário, que aparenta responder por parte importante da desconcentração observada, em virtude de os futuros idosos serem, em média, mais instruídos do que os do presente e os de décadas anteriores.⁸ Além disso, os avanços educacionais futuros devem naturalmente incidir com maior intensidade sobre a população mais vulnerável, situada nos grupos de pobreza e extrema pobreza.

Em paralelo, a desaceleração demográfica – e em que pese o término do bônus demográfico ainda nesta década – deve contribuir para uma distribuição mais equânime do crescimento médio potencial brasileiro, projetado em taxas modestas de 2% ao ano por IPEA. Significa dizer que o mercado de trabalho deve seguir menos pressionado, e pode ser beneficiado por eventual elevação da performance média.

Esses fatores são válidos ao Paraná. Retome-se que os estados do Sul se posicionam em condições de partida mais favoráveis, e a presente análise da seção 2 sugere que Paraná e Rio Grande do Sul podem encurtar o hiato com Santa Catarina se, para além da questão demográfica, acelerarem ampliações qualitativas em seu ensino básico. Por sua vez, IPARDES (2022) sugere frentes essenciais que podem otimizar e escalar a tendência futura. Para a educação, despontam, por exemplo, melhorias na taxa de conclusão no ensino básico – no fundamental e principalmente no médio. Maior eficiência nesse campo permitiria ao Estado superar o alcance tendencial de 11,7 anos médios de estudos de sua população, projetados para 2035.

⁸ É o que demonstram Komatsu *et al.* (2019) em sua elaboração de Gini educacional por coortes de nascimento da população brasileira. De valor superior a 0,4 para a coorte dos nascidos no período 1960-1970, o Gini da coorte dos nascidos em 1991-2000 reduz para algo pouco superior a 0,3.

O cenário alternativo corresponde a uma amenização da melhoria antevista no anterior. Na presente argumentação, a concretização de efeitos dos avanços educacionais depende também de trajetórias de crescimento econômico e de produtividade sustentadas para o incremento de oportunidades de trabalho e renda. Um dos efeitos adicionais do crescimento econômico refere-se à respectiva evolução das estruturas produtivas, do mesmo modo desempenhando papel importante e complementar ao da educação no tocante à desigualdade de renda.

Este cenário de amenização decorre da performance econômica registrada desde meados da década passada, que teve, indubitavelmente, relevante influência sobre os índices de concentração de renda, determinando, segundo acima exposto, parcela importante da estagnação ou mesmo da elevação dos mesmos nesse período, tanto no País como no Estado, anotada na tabela 1. Entre 2015 e 2021, as economias brasileira e paranaense decresceram em média -0,15% ao ano. IPARDES (2022) chama a atenção a esse ponto, particularmente para a renda, porém, apontando também para uma desaceleração de ganhos na educação e na saúde.

Em medida relevante, a aderência a uma das duas trajetórias de melhoria distributiva no Paraná depende do crescimento econômico, sendo a primeira mais factível a partir de um desempenho econômico robusto acima do estimado em termos tendenciais em 2% ao ano por IPARDES (2022). Segundo o mesmo, o crescimento poderia ser igualmente ampliado até 3,4% por meio de aumentos nas taxas médias de investimento e com elevações mais expressivas na taxa de produtividade, além do que a própria elevação dos padrões de capital humano (não ali modelada) venha a permitir. Em contrário, elevam-se chances de evolução lenta do perfil distributivo e de pobreza atualmente observada.

Desse contexto de análise, e em postura conservadora, um conjunto de políticas sociais deve prosseguir relevante ao atendimento de uma parcela da população que ainda se manterá sob níveis precários de renda e de acesso a bens públicos, em especial aquelas sob padrões de pobreza, principalmente no segundo cenário de desigualdade. Nesse sentido, tão importante quanto o componente educacional, o habitacional e, associados a este, em termos de infraestrutura urbana, saneamento e outras condições daí decorrentes surgem como fundamentais à melhoria do bem-estar desse público.

REFERÊNCIAS

BAETA, F.; PEREIRA, J. V.; HERMIDA, L. Heterogeneidade estrutural e mercado de trabalho no Brasil - 2000/2014. *In: ANAIS DO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, Niterói, 12 a 15 jun. 2018.

BAGOLIN, I. P.; PORTO JUNIOR, S. S. da. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil**: índice de Gini e anos de escolaridade. 2003.

BARBOSA, R. J. *et al.* Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza, **Textos para Discussão**, n.2610, Brasília, Rio de Janeiro, IPEA, nov. 2020.

BARROS, R. P. de et al. **Consequências da violação ao direito à educação**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

COAZY, D.; DIZIOLI, A. Income Inequality and Education Revisited: persistence, endogeneity, and heterogeneity. **IMF Working Paper**, WP/17/126, Washington D. C.: IMF maio, 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Desenvolvimento Paranaense: contexto, tendências e desafios**. Curitiba: IPARDES, jul. 2022.

KOMATSU, B.; MENEZES-FILHO, N.; COSTA OLIVEIRA, P. A.; VIOTTI, L. T. Novas medidas de educação e de desigualdade educacional para a primeira metade do Século XX no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.49, n.4, p.687-722, out./dez. 2019.

MENEZES FILHO, N. A. de; OLIVEIRA, A. Pablo, A contribuição da educação para a queda da desigualdade de renda *per capita* no Brasil. **Policy Paper**, n.9, São Paulo: Insper, jan. 2014.

NERI, M. C. Bolsa saneamento e incentivo à oferta. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, jan. 2011.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Education at a glance**, 2022.

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RANDS BARROS, A. **Raízes das desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

SCHYMURA, L. G. Mercado de trabalho: momento macro é desanimador, mas há toda uma agenda micro. **Conjuntura Econômica**, São Paulo: IBRE, abr. 2022.